



PARA ALÉM DA PROVÍNCIA EUROPEIA: FOUCAULT E O PÓS-COLONIALISMO*

■ STEPHEN LEGG**

Introdução

A colonização da maior parte do mundo livre entre os séculos XVI e XXI trouxe uma violência e uma dominação não apenas territorial, mas também epistêmica e historiográfica. O fim da ocupação formal não significou o recolhimento de categorias, procedimentos e tecnologias de domínio colonial, tampouco retirou o lugar da Europa enquanto referência primordial para muitas histórias e geografias pós-coloniais¹ (CHARKRABARTY, 2000). Embora Michael Foucault tenha fornecido muitas das ferramentas necessárias para destrinchar as relações poder-saber na Europa pós-

Iluminismo, especialmente em suas bases espaciais, o seu silêncio acerca da construção colonial da modernidade europeia e a constituição mútua da "metrópole" e da "periferia" é espantoso.

Este capítulo começa por examinar a desconcertante presença do colonialismo nos escritos de Foucault, explorando em seguida de que forma os geógrafos tentaram dialogar intimamente com o passado colonial e o presente pós-colonial de nossa disciplina. O uso de Foucault nos trabalhos de Edward Said e do *Subaltern Studies Group* será investigado no intuito de sugerir um movimento em direção à análise do vivido e do governamental que vai ao

encontro de boa parte da pesquisa geográfica existente dedicada à temática pós-colonial.

A trajetória que sigo aqui é apenas uma dentre as muitas rotas por um campo de estudo que poderia incluir, ao menos, de Alexandre o Grande até George W. Bush e Tony Blair, e ainda cada país no mundo, fosse enquanto colonizado, colonizador, ou uma nação indiretamente influenciada. As forças pós-coloniais operam em todas as escalas, desde os fluxos transnacionais de capital ou corpos, geografias imaginárias globais, estereótipos nacionais e remapeamentos urbanos até as rotinas domésticas e psicologias individuais. A própria teoria pós-colonial é, em si, uma mistura complexa de teóricos, incluindo Homi Bhabba, Jacques Derrida, Franz Fanon e Gayatri Chakravorty Spivak. Além disso, Foucault foi utilizado para analisar relações pós-coloniais distribuídas por todo o mundo, incluindo a América Latina (TRIGO 2002, OUTTES 2003), África (MBEMBE 2001), antigas colônias de povoamento (CLAYTON 2000; DEAN e HINDESS 1998; HENRY 2002) e a parte sul da Ásia. A predominância desta última na teoria pós-colonial pode ser em si um problema, na medida em que globaliza as experiências de algumas poucas colônias,

como se fossem a experiência universal dos colonizados. Estas tendências podem ser contrariadas por um comprometimento contínuo com o estudo de exemplos particulares e específicos das experiências coloniais e pós-coloniais dentro de sistemas globalmente estruturantes de domínio pós-colonial.

A presença ausente do colonialismo em Foucault _____

Peter A. Jackson (20003) inventariou as muitas críticas a Foucault segundo as quais a "diferença" por ele teorizada é aquela da "complexidade", uma diferença *intrínseca* à sociedade, ao invés de uma "multiplicidade", ou seja, diferenças *entre* sociedades. De fato, é o que se averigua em sua escala de estudo majoritariamente local ou nacional, o que é agravado por seu foco na Europa, de modo geral, e particularmente na França. Há um número considerável de referências que mostram que Foucault tinha consciência da importância do mundo colonial. Ainda assim, a significância destes vestígios de colonialismo é muito debatida. Em 1989, Uta Liebman Schaub sugeriu que o não-Occidental operava enquanto um contra-discurso ou subtexto que teria afetado o

modo de pensar de Foucault; a base não dita a partir da qual ele atacou o pensamento Ocidental. Schaub (1989: 308) chegou até mesmo a sugerir que Foucault, assim como muitos de seus contemporâneos, foi influenciado pela filosofia oriental. No entanto, a crítica contemporânea concentrou-se mais na forma através da qual a Europa e suas colônias foram mutuamente constitutivas, e se isto foi reconhecido ou não nos escritos de Foucault. Estas constituições podem ser retoricamente – ou até historicamente – consideradas separadamente enquanto práticas, epistêmicas e disciplinares.

Uma externalidade constituída de práticas

Toda uma série de modelos coloniais foi trazida de volta para o Ocidente, e o resultado disso foi que o Ocidente foi capaz de praticar algo semelhante à colonização, ou um colonialismo interno, sobre si mesmo. (FOUCAULT 1975-76 [2003]:103)

Em uma palestra de 1976, Foucault admitiu que as técnicas e armas transportadas pela Europa para as colônias surtiram um efeito “bumerangue” sobre as instituições, aparatos e técnicas de poder do

Ocidente (ver acima). Todavia, este é um dos poucos momentos em que reconhece que o compêndio de técnicas de poder que ele havia reunido no tocante à Europa possuía origens extra-europeias (para mais comentários, ver FOUCAULT 1972: 210; FOUCAULT 1977: 29, 314; FOUCAULT 1980: 17, 77, e a citação abaixo de FOUCAULT, 1961).² Em uma síntese de pesquisa pós-colonial, Timothy Mitchell demonstrou que o próprio panóptico, junto ao monitoramento escolar, o controle governamental da população e sua análise cultural, a imaginação liberal britânica, os programas da literatura inglesa e a medicina colonial tiveram parte de suas muitas origens nas colônias (MITCHELL 2000: 3). Driver e Gilbert (1998) também demonstraram em que medida a paisagem material de Londres foi, de muitas maneiras, um espaço intensamente imperial. Estes exemplos estão além das técnicas mais evidentemente “coloniais”, como a escravidão, a navegação e as *plantations* que tiveram impacto na Europa. Todas estas técnicas imperiais foram topograficamente reinscritas na Europa, e muitas vezes falharam no sentido de revelar tanto suas viagens como em que medida foram cúmplices da consolidação dos efeitos da expansão territorial. Apesar de sua brilhante

reflexão sobre a dimensão espacial do poder, Gayatri Chakravorty Spivak (1988 [2000], 1449-50) afirma com razão que, na verdade, a análise de Foucault produziu uma versão em miniatura do colonialismo, uma vez que reproduziu o gerenciamento do espaço e das populações periféricas através das alegorias de doutores, prisões e do insano.

Embora a rejeição final de Foucault por parte de Edward Said estivesse relacionada à sua filosofia mais ampla, ele também criticou o eurocentrismo de Foucault e sua tendência a universalizar conclusões obtidas a partir de estudos de caso franceses (SAID 1984a: 10). O etnocentrismo de seu trabalho colidiu com a convicção de Said segundo a qual a disciplina era usada para administrar, estudar e reconstruir, portanto para ocupar, comandar e explorar praticamente todo o mundo (SAID 1984b: 227). Para Said, o sistema carcerário de Foucault era surpreendentemente semelhante ao *Orientalismo* que ele descreveu. Os sistemas eram, obviamente, ligados por redes de conexões discursivas e práticas (LESTER 1998). Porém, para além dos debates humanitários suscitados pelo colonialismo ou das *commodities* e imagens consumidas na Europa, houve também

processos mais fundamentais de constituição mútua. Os ambientes coloniais poderiam ser a ameaçadora origem de um entrecruzamento de raças, gêneros e classes que exigia distinções reforçadas de raça, sexualidade, cultura e classe (MITCHELL 2000: 5). Estas temáticas encontraram seu caminho de volta para a metrópole e subsidiaram uma reconstrução simbólica e material da identidade europeia.

Um exterior constituído epistemologicamente

Internamente à universalidade da *ratio* Ocidental está para ser encontrada a linha divisória que é o Oriente: o Oriente que se imagina ser a origem, o ponto vertiginoso no qual se originam a nostalgia e as promessas de retorno; o Oriente que é apresentado para a racionalidade expansionista do Ocidente, mas que permanece eternamente inacessível, porque sempre permanece enquanto limite. (FOUCAULT 1961, iv, traduzido em SCHAUB 1989: 308)

Antecipando-se ao *Orientalismo* de Said em dezessete anos, Foucault

reconheceu em uma passagem não traduzida anteriormente (embora seja possível ver FOUCAULT 2005: xxx) o papel formativo de um Oriente imaginado pela memória coletiva europeia (ver acima). Enquanto Said reconhecidamente estendeu esta imaginação, Ann Laura Stoler (1995) esforçou-se no sentido de examinar como as noções imperiais de raça e sexualidade constituíram a burguesia europeia. Abordando as histórias da sexualidade de Foucault (1979, 1986a, 1986b) e sua série de palestras "*Em defesa da sociedade*", (1975-6 [2003]), Stoler demonstrou que os discursos do sexo estiveram em uma "rota imperial tortuosa", e que a identidade burguesa era, ela própria, codificada racialmente. Dentro das rotas complexas através das quais o biopoder buscou ordenar populações nacionais, o sexo se tornou um alvo do estado enquanto os discursos raciais tornaram-se o efeito, remodelando e apropriando-se de antigas formas de racismo. Ao passo que Mitchell (2000, 13) alerta que isso representa uma dupla negligência por parte do Império, negando as origens coloniais dos racismos dos séculos XVIII e XIX, Stoler identifica a natureza paradoxal do estado biopolítico colonial que reivindicava uma ampliação da vida, ainda que administrasse o direito de

matar. Era função da raça decidir quem viveria ou morreria, administrando o que Achille Mbembe (2003) nomeou "necropolítica". Esta política racializada de classificação foi abordada na consideração posterior de Stoler (2002) sobre as atividades normativas estatais nas próprias colônias. Nesta consideração, demonstrou-se que o racismo prosperou com base em linhas de diferença não muito claras, combinando uma simbologia pseudo-científica referente ao sangue com teorias acerca do contágio cultural.

Em decorrência disso, Stoler (2002, 142) demonstrou que, embora eurocêntrico, Foucault não esteve cego à raça e suas potenciais conexões imperiais. Ela também demonstrou que, devido aos dois anos em que Foucault esteve na Tunísia (1966-68), este eurocentrismo continua sendo intrigante, assim como a falta de estudo em *Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 1972), que ele escreveu com base nas conferências que lá realizou. Robert Young (2001, 395-397), por sua vez, escreveu sobre as experiências de Foucault e seu interesse em lutas políticas naquela época, mas também sobre como ele usou a distância de sua terra natal para considerar crítica e etnograficamente a França e o Ocidente. Tal como o fez contra a *Madness*

and Civilization (FOUCAULT, 1967), Foucault (1972) argumentou contra a existência separada e silenciada do Outro. Homi Bhabha (1992 [2000], 130) afirmou, de maneira semelhante, que há, no interior do “massivo esquecimento” de Foucault, uma presença transversal de pós-colonialismo. Em *As Palavras e as Coisas* (Foucault, 1970, 369), a antropologia emerge no intuito de confrontar os postulados universalistas da história, delimitando-a como um produto de origem europeia. Os postulados historicistas são, em decorrência disso, expostos como subordinados às tecnologias do colonialismo, estabelecendo a antropologia como o contra-discurso da modernidade.

Entretanto, estas interpretações atribuem em excesso novos significados aos silêncios e lacunas dos escritos de Foucault. Este corpus textual, tal como sugeriu Mitchel Dean (1986 [1994], 289), viu Foucault se afastar do desafio de desconstruir o “Ocidente” enquanto um etnógrafo crítico e recolonizar suas reflexões radicais dentro de uma análise da modernidade ocidental que, como defende Mitchell (2000, 16), reproduziu a espacialização da modernidade. O quadro temporal histórico da Europa colonizadora capturou as histórias do ultramar e as

reinseriu em uma lógica historicista e reguladora do fundamento colonial. Desfazer tais processos, e tendências nos escritos de Foucault, não é apenas uma tarefa no sentido de reescrever a história, mas de perseguir discursos e disciplinas que, embora tenham sido aliados aos Estados coloniais do passado, preservam o potencial de mobilizar contra-discursos da modernidade.

Uma disciplina constituída externamente

Felix Driver (1992) usou os trabalhos de Foucault para investigar a história colonial da disciplina geográfica que conferiu atenção a sua genealogia institucional, ao invés de filosófica ou científica. Ele propôs uma minuciosa leitura foucaultiana que estaria atenta aos diversos tipos de poder em jogo no interior da ascensão da geografia enquanto disciplina, assim como às contradições e resistências internas que encontrou na era de consolidação da *Geografia Militante* (DRIVER, 1999). Daniel Clayton (2001/02), ressaltando a espacialidade da disciplina, enfatizou a necessidade de rastrear estas resistências nas margens coloniais, assim como na metrópole imperial.

Derek Gregory (1998) foi além no mapeamento das geografias imaginárias através das quais a geografia, enquanto disciplina, impôs sua visão de mundo eurocêntrica sobre os territórios que investigava. Assim como a Europa soberana analisada por Foucault, a geografia foi uma disciplina de “exclusões e supressões constitutivas” (GREGORY 1998: 72), observando algumas coisas e ignorando outras através de “geo-grafias” representacionais. A geo-grafia de “um tempo e um espaço tomados por absolutos”, por exemplo, estabeleceu a Europa como um centro soberano, mas também dividiu a periferia tanto em espaços que poderiam merecer mais ou menos direitos como também em eixos de alteridade, formando uma estruturada – ainda que instável – hierarquia de diferenças. Outras modalidades estiveram relacionadas a exibir o outro, normatizar o sujeito e abstrair natureza e cultura. Todas estas modalidades contribuíram para uma visão do mundo apresentada pela geografia disciplinar ao público de seus autores e estudantes, em suas instituições de origem.

Se as implicações da geografia dentro do contexto do passado colonial estão cada vez mais claras, o presente colonial exige atenção constante. Jennifer

Robinson (2003) dedicou-se a pensar em como promover a prática geográfica pós-colonial. Robinson relaciona as assertivas de Chakrabarty acerca da Europa enquanto fundamento histórico para as práticas geográficas que a colocaram em tal posição e para as tendências universalizantes de parte da teoria geográfica posterior a 1960. Para enfraquecer a violência epistêmica destas tradições, Robinson sugere que sejam reconhecidos a localidade e os limites que esta traz à análise; que reincorporemos estudos de área e de desenvolvimento em formações inovadoras; que nos engajemos em programas de bolsas regionais que rompam com locais dominantes; e que transformemos as condições para a produção e circulação do conhecimento, no tocante a publicações, fontes e público leitor. Estes processos devem se dar, obviamente, no desenrolar da própria pesquisa ativa. A pesquisa geográfica nestas linhas foi enquadrada no seio de leituras de Foucault, seguindo a influente interpretação de Said.

Said: A presença de Foucault _____

Há uma certa ironia na discrepância entre o Foucault proposto por Said em seus primeiros escritos teóricos e a sobrevida das

categorias analíticas de Foucault que foram apropriadas por análises de discursos coloniais e estudos pós-coloniais mais amplamente. Enquanto Said inicialmente reiterou o pertencimento dos textos ao mundo e a materialidade do discurso, muitos estudos que afirmaram filiar-se ao seu trabalho frequentemente se concentraram em um texto individual ou nas relações entre textos separados, ao invés de concentrarem-se em sua contingência histórica e geográfica. Ainda assim, embora Said tenha inicialmente apoiado Foucault, há de se notar que ele (1993 [2004], 214) rejeitou Foucault por ter sido politicamente reticente, reiterando ainda que havia tido de Foucault tudo o que dele precisava com a publicação de *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1977). A partir desse ponto, a distância entre o humanismo de Said e o anti-humanismo de Foucault se tornou mais evidente. Apesar disso, Said, ao longo da década de 90, moveu-se em direção a uma forma de análise de cunho geográfico que mais se aproxima dos escritos e palestras de Foucault sobre o governo posteriores a 1978 do que de seu trabalho anterior sobre a materialidade do discurso. Esta trajetória, e o posicionamento da pesquisa geográfica em seu interior, serão analisados a seguir.

A materialidade e a descontinuidade do Discurso

Em 1972, na primeira edição do periódico *boundary 2*, Edward Said propõe o uso de Michel Foucault (SAID 1972, o artigo foi reescrito e publicado em SAID, 1975: 277-343).⁴ Opondo-se à crítica posterior da abordagem de Said enquanto atemporal e textual, ele enfatizou quatro elementos específicos do trabalho de Foucault. A “reversabilidade” substituiu a busca por origens, evolução ou autores com o primado do discurso e dos usos verbais. A “descontinuidade” inviabilizou a ideia de discursos ilimitados, silenciosos e contínuos, enaltecendo as práticas descontínuas que se cruzam, justapõem-se ou até mesmo ignoram umas às outras. Esta ênfase na diferença, de acordo com Said, poderia ser entendida de forma a incluir diferenças não apenas no interior de, mas entre sociedades, privilegiando histórias ao invés da História (em referência a FOUCAULT 1961). Entendida deste modo, a ideia de discurso em Foucault (1970, 1972) baseava-se em dispersão e fragmentação, concebendo qualquer série como uma ordem interna no seio da dispersão. O terceiro método foucaultiano era o da “especificidade” que identificava limites em discursos individuais policiados

pelo que era considerado errado ou proibido, enquanto que o método final era o de identificar a “exterioridade”, a transcendental falta de abrigo das subjetividades incompatíveis com a norma discursiva, consideradas loucas, perigosas ou, como no caso do Marquês de Sade, um assunto de desejo total.

Entretanto, foi a ideia de discurso apresentada em *Orientalismo*, de 1978, que apresentou um efeito mais duradouro, o qual Young (2001: 36) afirma ser diferente daquele apresentado em *A Arqueologia do Saber*. *Orientalismo* apresentou a dicotomização e a essencialização da imaginação geopolítica global da Europa. O discurso do orientalismo poderia ser identificado em disciplinas acadêmicas, numa mais ampla divisão ontológica e epistemológica entre o Ocidente e o Oriente, e finalmente em instituições que governavam o Oriente. Ainda que alternando rapidamente entre diferentes escritos e instituições, Said concentrou-se em determinados textos sem estudar os ambientes nos quais foram produzidos. A ênfase em textos escritos a partir de outros textos o levou a uma análise de estereótipos que foram colocados como representações equivocadas, estabelecendo um movimento que se deu a partir de uma análise do

discurso foucaultiano em direção a uma investigação mais gramsciana de representações ideológicas. Timothy Brennan (2000) afirmou, com efeito, que *Orientalismo* não é foucaultiano devido a suas especializações humanistas, suas sínteses generalizadas, sua indulgência estética e seus apetites totalizantes. O debate desordenado originado nesta tensão encontra-se sintetizado em Ashcroft e Ahluwalia (1999: 76-80), mas neste argumento o que é significativo talvez seja a ideia de que, sem a noção de relações de poder hegemônicas de Gramsci, Said sentiu que Foucault, sozinho, não apresentaria força política.

A teia sem aranha

Em 1984, Said estabeleceu o início de seu distanciamento formal de Foucault. Embora ainda fosse favorável às visões políticas de Foucault acerca da linguagem e ao seu interesse geopolítico no controle do território, Said iniciou duas críticas às noções de agência e poder. Primeiramente, ele questionou a falta de interesse por parte de Foucault em explicar porque pessoas ou coisas foram distribuídas da forma que o foram (SAID 1984b: 220). Sem imediatismo ou intencionalidade, as evoluções históricas de poder que Foucault sugere teriam se

dado sem esforços. Conforme sugeriu Alison Blunt (1994: 54), opondo-se a Foucault, é relevante o papel de quem escreve; suas condições de autoria, sua identidade de gênero ou a percepção do público precisam desempenhar um papel. De modo semelhante, a ênfase de Alan Lester nas redes transimperiais de conexões discursivas mantém foco na agência exercida por indivíduos no sentido de facilitar a construção de redes e seus fluxos (LESTER 2002: 29). Said posteriormente referiu-se à tensão entre o anonimato do discurso e a vontade de poder de determinados egos como um “impasse quase assustador” (SAID 1984a: 6) e enfaticamente rejeitou a noção segundo a qual ele sugeriu que não havia voz para responder de volta contra a resistência (SAID 2002: 1).

A crítica de Said sobre a noção de agência alimentou comentários posteriores sobre a noção supostamente estéril e passiva de Foucault acerca do poder, a qual, afirmou ele, falhou em analisar o motivo pelo qual o poder era obtido e mantido. A existência de lutas de classe, guerras imperialistas e resistências nos mostra que o poder permanece com governantes, monopólios e Estados: tal como afirma Said (1984b: 221), não é possível existir uma teia

sem a aranha. Em função disso, Foucault não conseguiu levar em consideração a intencionalidade e o esforço da história, recusando-se a imaginar o futuro ao invés de analisar o presente, e deixou de considerar o espaço de existência além do poder do presente (SAID 1984b: 245-7).

Este posicionamento crítico foi mantido por Said em seus escritos posteriores. Em seu artigo obituário dedicado a Foucault em 1984, Said respeitosamente enfatizou a influência de Foucault e a forma como este intercalou poder e resistência, embora tenha, ainda assim, condenado o pessimismo e o determinismo de suas últimas obras (SAID 1984a: 3, 6). O artigo de Said (1986) sobre “a imaginação do poder em Foucault” é o exemplo de sua mais veemente rejeição das observações de Foucault acerca da supostamente constante e infinita expansão do poder. Diferentemente das considerações indignadas de Noam Chomsky acerca do que poderia derrotar as relações de poder e suas postulações utópicas acerca do que não poderia ser imaginado, afirmou-se que Foucault imaginou apenas o que poderia ser feito com o poder uma vez que este fosse possuído, e o que se poderia imaginar uma vez em posse do poder. Neste sentido, a

imaginação de Foucault, diferentemente da de Gramsci, foi concebida como indo ao encontro do poder, ao invés de ser contrária a ele. Paul Bové (1986 [2001]) reiterou a rejeição a Foucault por Said, alertando para as “consequências imorais” do sistema criado por aquele, o qual impedia o reconhecimento de resistências, negava a imaginação de ordens alternativas e explicava todos os fenômenos sociais com base em uma estrutura de poder. A desconfiança de Said em relação à ênfase de Foucault na assimilação e aculturação foi reiterada em uma entrevista de 1986 (SALUSINSZKY 1987, 137) e manteve-se intacta até 1993, quando Foucault foi retratado como o escrivão da vitória do poder (SAID, BEZZER & OSBOURNE 1993 [2004]: 214).

Said admitiu que seu *Cultura e Imperialismo* (1993) foi escrito no intuito de se opor aos efeitos negativos de Foucault no livro do qual era a sequência, *Orientalismo* (SAID in SAID et al. 1993 [2004]). Contrariamente à impressão de um orientalismo que cresceu continuamente sem contestação, um âmbito geográfico maior e uma ênfase na contestação do território permitiram que Said examinasse a contra-vontade de pessoas conforme o enquadramento da leitura cultural de

Gramsci feita por Raymond Williams. Nos vinte anos que se seguiram após seu artigo no periódico *boundary 2*, o Foucault da reversibilidade, da descontinuidade, da especificidade e da exterioridade foi deixado de lado perante o Foucault mais abstrato das relações de poder-saber. Esta tendência deixa de fazer justiça à relevância e à utilidade tanto dos primeiros trabalhos de Foucault como de seus escritos posteriores dedicados à arqueologia, ao discurso e à governamentalidade que estão passando atualmente por uma reavaliação para além da rejeição de Said.

Viajando com Foucault

Said (1984b: 227) sustentou muito bem a ideia de que teorias viajam, tendo cada uma seus pontos de origem, uma distância que é percorrida, condições que são confrontadas e transformações que ocorrem ao longo do caminho. Said levou Foucault tanto para América, institucionalmente, como para o Oriente, teoricamente. Entre os dois locais, os escritos de Foucault infiltraram-se no campo emergente dos estudos pós-coloniais e foram incredivelmente influentes. Mas as teorias também viajam através do tempo. Como salientado anteriormente, Foucault viajou por diversos lugares que jamais havia imaginado, confrontou-se com condições

que não esperava, e ao longo do tempo foi, em certos casos, mais transformado do que se acredita. Ashcroft e Ahluwalia (1999: 82) admitiram que Said extraiu de Foucault apenas aquilo do que precisava (ver também GREGORY 2004b), o que resultou em um favorecimento ambivalente de autores e de uma literatura que *por si mesma* contraia o escopo para a resistência. De fato, foi a *falta* de uma abordagem foucaultiana por parte de Said, ao invés de uma presença desta, que diminuiu o foco de sua atenção nos espaços não-representacionais do cotidiano, nos quais o vocabulário subalterno de resistência geralmente se encontra (ver SMITH 1994: 494). Tendo isto em vista, o campo da análise de discurso colonial, o qual desempenhou um papel chave em estabelecer os estudos pós-coloniais, fomentou um preconceito acerca da mentalidade colonial e sua representação em relatos textuais (ver a ênfase em fontes literárias em, por exemplo, ASHCROFT, GRIFFITHS & TIFFIN, 1989; BEHDAD, 1994; LOWE, 1991; SLEMON, 1989; SPURR, 1993; SULERI, 1992).

Driver (1992: 33) sugeriu que tanto Foucault em *Vigiar e Punir* como Said em *Orientalismo* foram mal interpretados, como se minimizassem a importância da heterogeneidade dos discursos modernos,

as controvérsias e resistências que estes contêm e a especificidade dos regimes discursivos. Entretanto, Young (2001: 407) sugeriu que é a interpretação equivocada que Said fez de Foucault que torna seu próprio trabalho propício a leituras igualmente equivocadas. Young demonstrou como Said veio a interpretar Foucault enquanto alguém comprometido com a análise da textualidade, retirando o discurso Orientalista de suas circunstâncias materiais e soldando-o em representações. O efeito desta leitura, tal como sustentou Young (2001: 389), pode ser rastreado através das críticas comuns da análise do discurso colonial. Ele as discriminou da seguinte forma:

- Historicidade: a generalização a partir de alguns poucos textos literários que tendem a ser des-historicizados e des-situados em textos não discursivos.
- Textualidade: o tratamento de textos como documentos históricos, sem o acompanhamento de um inquérito histórico materialista ou uma compreensão política.
- Representação: se toda verdade é representação, o que então foi

interpretado equivocadamente?

Como o subalterno pode falar?

- Homogeneidade e determinismo: noções de discurso que anulam diferenças históricas e geográficas e problematizam como pessoas se tornam sujeitos em tais discursos.

Young sustentou que uma análise mais leal à *Arqueologia do Saber* negaria muitas das críticas delineadas acima. O modelo arqueológico de discurso rejeita um estudo desencarnado de intertextos, de representações e interpretação, favorecendo o estudo da emergência prática do saber na interface da linguagem e do mundo material. A análise do discurso deveria, portanto, estar situada na zona de contato da materialidade, dos corpos, dos objetos e das práticas. Tal como a rede que vincula enunciados, objetos e sujeitos, os discursos devem ser fragmentados e heterogêneos, embora sejam unificados por regras particulares que operam sobre todos os indivíduos. Entretanto, estas regras implicam multiplicidade, e não uniformidade, de escolha e ação (tal como foi defendido por FOUCAULT, 1979: 100).

Em decorrência disso, Young sustentou a ideia de que a concepção de discurso de

Foucault é, na verdade, antitética em relação a teorias pós-coloniais que pressupõem uma voz subjetiva dos colonizados em contraposição a um discurso colonizador objetivo (ver também BRENNAN: 2000). Ao invés disso, os discursos são instáveis e causam a proliferação de discursos subalternos, tanto como se falassem a partir de discursos coloniais externos ou enquanto crescentes contra-discursos em confrontação direta (ver também TERDIMAN 1985). Conseqüentemente, uma análise do discurso colonial foucaultiana não seria tão vulnerável às quatro críticas expostas acima, uma vez que estaria focada em usar o discurso para analisar a prática colonial em regimes administrativos sucessivos (para uma abordagem como esta ver CHATTERJEE 1995: 24). Isto deixa a análise do discurso colonial mais próxima dos trabalhos dedicados tanto à governamentalidade colonial como a uma análise geográfica material.

Re-materializando a Geografia Pós-Colonial

A maior parte dos geógrafos tomará os argumentos de Young como reafirmação ao invés de revelação. Embora nem sempre referente a Foucault diretamente, mas muitas vezes em uma terminologia

foucaultiana, há uma tradição enraizada no seio da disciplina que reivindica um terreno material nas análises pós-coloniais (ver CLAYTON 2004). Neil Smith (1994), em sua resenha de *Cultura e Imperialismo*, demonstrou que o comprometimento recente de Said com a resistência era condicionado por sua leitura textual do discurso, conseqüentemente apresentando a luta pela descolonização como um assunto literário. Jane Jacobs (1996: x) tentou reorientar a ênfase espacial na análise de discurso colonial, indo da metáfora para as geografias "reais". Embora não menospreze as representações textuais como meramente irrealis, Jacobs identificou reminiscências imperiais não apenas *no interior do* espaço, mas também *através dele* e nas formulações *sobre* ele. Foi na zona de contato da materialidade e das práticas que Jacobs buscou as "geografias promíscuas de habitação no lugar" que ativaram passados coloniais em presentes pós-coloniais. Enquanto Clive Barnett (1997) reiterou o posicionamento daqueles que temiam uma "redução ao discurso", Driver e Gilbert (1998: 14) repetiram preocupações com a natureza textual do trabalho geográfico cultural pós-colonial e pronunciaram-se a favor de uma apreciação da herança imperial

em diferentes tipos de espaço urbano, fosse ele arquitetural, espetacular ou vivido.

Lendo os trabalhos de Foucault sobre a função política dos discursos, Alan Lester (1998, 2001, 2002) esteve na linha de frente da pesquisa empírica não apenas sobre as práticas materiais do domínio colonial, mas também sobre as funções dos discursos coloniais internacionais no sentido de criar redes. Ao conferir atenção a vários locais em que poder e conhecimento estiveram intercalados, sua reflexão permitiu uma compreensão sofisticada do poder imperial de base, com todas as tensões e contestações que isto envolvia. James Sidaway (2000, ver também SIDAWAY, BUNNEL & YEOH, 2003) retomou as demandas por um movimento que superasse o discurso e as representações e contemplasse as práticas materiais, os espaços e a política reais, embora estes fossem todos fatores muito centrais em uma compreensão foucaultiana do próprio discurso. Mais alinhado aos trabalhos de Foucault, Cole Harris (2004) recentemente argumentou no sentido de um exame da desapropriação física dos colonizados ao invés de uma interpretação equivocada acerca destes.

Junto a estas demandas por uma abordagem mais material, Cheryl McEwan

(2003) criticou a tendência pós-colonial a separar discursos da experiência vivida, assim como sua ineficácia em propor soluções e a forma pela qual privilegia teoria e cultura em detrimento das responsabilidades éticas e políticas. Em resposta, ela sugeriu a rematerialização do pós-colonialismo, explorando a natureza vivida da pós-colonialidade, e apoiou o uso de estratégias para relacionar o textual a questões de macro-escala. A união entre o político-econômico, o ético e o material deveria criar oportunidades no presente para que o estudo pós-colonial, como insistiu Jacobs (2001), possuísse efeitos contemporâneos. Derek Gregory (2004a) demonstrou recentemente a capacidade da história e da geografia cultural foucaultianas no sentido de interromper qualquer complacência referente ao passado colonial. Em uma série de análises que contemplam o presente histórico-geográfico colonial na Palestina, no Afeganistão e no Iraque, Gregory identificou as manifestações violentas, físicas e materiais das geografias imaginárias cultivadas ao longo de décadas de administração colonial. Estes discursos são ativados pelas vozes intencionais de perpetradores, comentadores e vítimas, e são marcados com o potencial intenso de contra-discursos no sentido de entrar em

erupção no espaço entre os enunciados em contradição dos discursos neo-coloniais.

O que é mais surpreendente no tocante ao trabalho de Said após sua rejeição a Foucault não é apenas em que medida ele mantém sua ênfase geográfica, mas o nível no qual esta ênfase se torna não somente imaginária, mas também governamental. Os corolários se desenvolvem não apenas com a análise do discurso colonial foucaultiano de Young, mas também com a aplicação colonial dos últimos trabalhos de Foucault (1978 [2001]; 1979) sobre a governamentalidade e o biopoder. Embora em *Orientalismo* muitas instituições administrativas fossem reconhecidas como a terceira faceta do discurso orientalista, Said (1984b: 219) posteriormente expressou seu interesse nos escritos de Foucault (1980: 77) sobre Geografia, o controle de territórios, sua demarcação e o estudo dos exércitos, expedições e territórios (ver também GREGORY, 1995). Neste ponto ele também expressou a necessidade de ir além de um discurso puramente linguístico – não apenas na tríade composta por filologia, ontologia e instituições, apresentada em *Orientalismo* –, mas também no que se refere à burocracia colonial e seu potencial poder de vida e morte sobre o Oriente.

Este direcionamento foi mantido em *Cultura e Imperialismo*, apesar de seu textualismo insistente (contudo, para alguns exemplos de textos fundamentais de Said em contextos materiais, ver GREGORY, 1995: 453). Expressou-se interesse sobre os “verdadeiros fundamentos geográficos” sob o espaço social e sobre as formas pelas quais projeções geográficas possibilitam a construção do saber (SAID, 1993: 93). As transformações físicas foram observadas, considerando-se desde o imperialismo ecológico e a reconstrução urbana até a microfísica da organização da interação cotidiana (1993: 132). Porém, o elemento geográfico era também essencial para o anti-imperialismo, em primeiro lugar no sentido de imaginar a recuperação da perda e, posteriormente, a recuperação do território (1993: 271). Isso era parte da contínua reflexão de Said acerca da “batalha pela geografia” (SAID in SAID et al. 1994: 21), a qual foi reiterada em seus comentários posteriores sobre memória e geografia (SAID 2000b). Nela, ressaltava-se que o próprio orientalismo dizia respeito ao mapeamento, à conquista e à anexação de lugares densamente habitados, habitáveis, como parte de uma interminável batalha pelo território e pela memória.

Por volta do final da década de 1990, Said defendia uma forma de pesquisa geográfica que explorava o âmbito variado de táticas governamentais utilizadas para ordenar o espaço e as diversas formas de produção de memória que negociavam este espaço. Tais escritos não podem ser considerados como independentes de seu compromisso e envolvimento com a causa palestina, os quais nem sempre constaram em sua reflexão teórica (ver GREGORY, 1995; SAID, 2000b). O *Subaltern Studies Group* (SSG) também produziu um material teoricamente sofisticado que permaneceu orientado pelo presente. Said (1988) elogiou o SSG enquanto coordenado pelo seu editor Ranajit Guha, por seu inovador trabalho com arquivos e pela busca de histórias da não-elite, tanto em escritos da elite como em textos triviais e cotidianos. Posteriormente, Said reconheceu este nível de pesquisa como, talvez, mais importante do que o nível de representações que ele próprio preferia:

Agora há um curso de tradição subcultural, por exemplo, como mostraram Guha e os demais, há todo um escopo de escrita colonial que não é artística, mas administrativa, investigativa, relatada, relacionada a

condições do terreno, relacionada com interações dependentes do informante nativo. Tudo isso existe, não há como questionar. Eu estava tentando delinear um talvez menos importante, porém, em meu entendimento, mais amplo quadro de um certo tipo de estabilidade. (SAID 2002: 7)

Os *Subaltern Studies*: de Gramsci à Governamentalidade

Ranajit Guha (1982) estabeleceu as séries de publicações dos *Subaltern Studies* em uma tentativa de conferir crédito e autonomia às classes camponesas da Índia enquanto uma parte ativa e politizada da população; a não-elite. Ainda que a noção gramsciana de subalterno tenha sido posteriormente entendida, partindo do conceito de classe ou de militares para os de raça, sexualidade, casta ou linguagem, a ênfase permaneceu em detalhar a existência de ações que não poderiam ser teleologizadas em uma narrativa colonial, nacionalista ou marxista. Ao longo de mais de 20 anos, a literatura produzida pelos autores dos *Subaltern Studies* convergiu para alguns temas pós-coloniais,

apresentando um uso cada vez maior de Said, mas um declínio das origens radicalmente marxistas, direcionando-se mais ao que poderia ser reconhecido como um “espírito de Marx” (CHATURVEDI, 2000: vii) em trabalhos posteriores.

O espírito de Foucault

Partha Chatterjee trabalhou consistentemente no intuito de alinhar o SSG aos escritos de Foucault e Said. Embora sua contribuição inicial (CHATTERJEE, 1983) aborde a transição do feudalismo para o capitalismo e as teorias de Marx sobre propriedade, este trabalho foi apresentado como uma análise dos “modos de poder” e terminou com uma defesa da compreensão capilar e corporificada de Foucault no que se refere às relações de poder. Contudo, demarcando a aplicação qualificada de teorias ocidentais na Índia que caracterizaria o trabalho do SSG, Chatterjee afirmou que o poder moderno no “Terceiro Mundo” intercalava-se com modos mais antigos de controle, assim como com formações de Estado diferentes daquelas encontradas na Europa (para um exemplo de reiteração desta visão, ver CHATTERJEE, 1995: 8).

Tendo lido Said pela primeira vez em 1980 (CHATTERJEE, 1992: 194), Chatterjee (1984) aplicou suas teorias no caso indiano conforme afirmou que os *próprios* nacionalistas operavam dentro de discursos orientalistas e se valiam de estereótipos orientalistas. Em função disso, a estrutura representacional do pensamento nacionalista correspondia muitas vezes à estrutura de poder que tentava repudiar. O trabalho de David Arnold sobre a força de polícia de Madras aplicou o trabalho de Foucault (1977) no caso indiano, observando a remoção de intermediários sociais, a vigilância e a disciplina da força em si, bem como a crítica política da polícia como sendo reconhecidas como antinacionais durante o movimento de não-cooperação (ARNOLD, 1984). Trabalhos posteriores dedicados a medidas anti-pragas demonstraram que as tentativas de iniciar uma intervenção estatal em massa entre 1890 e 1930 foram recebidas com uma resposta hostil, e não de forma passiva ou dócil (ARNOLD, 1987). Esta reação opôs-se à latente demanda por um poder maior sobre o corpo, tal como exprimida em regulamentos acerca da imolação de viúvas, castigos e medicina. No trabalho posterior de Arnold (1994) também constava uma investigação acerca das prisões coloniais

enquanto espaços vividos, mas, também, enquanto espaços abstratos para a obtenção de saberes sobre os corpos indianos.

Este uso de Foucault foi, eu afirmaria, evitado e redirecionado por uma mudança que ocorreu na metade da década de 1980. Isto marcou uma virada em direção à noção de "discurso" tal como vinha sendo cada vez mais definida pelos estudos pós-coloniais, ao invés de aproximar-se da noção original de Foucault. A ruptura foi iniciada por um debate sobre a validade epistemológica do subalterno enquanto um sujeito autônomo da história. Spivak (1985: 338) sustentou que a tentativa de descobrir ou estabelecer a consciência de um camponês ou de um subalterno era positivista, denotando uma única e subjacente consciência. Ela reivindicou que, no lugar desta jornada romântica, deveria haver um levantamento do efeito-subalterno, o nó a constituir a fibra do tecido, fosse ele político, econômico, histórico ou linguístico, e que conferiu efeito ao sujeito em questão. O fato de que um conceito estrategicamente essencialista poderia ser necessário para atar este nó era aceito como um risco válido para o interesse político do projeto do SSG. Este argumento foi confirmado por Rosalind O'Hanlon (1988), que criticou a permanência de um

sujeito humanista junto ao crescente uso de teorias anti-humanistas e pós-estruturalistas. O fato de Guha ter se aposentado, em 1988, anunciou uma maior adesão, dentro do grupo, à teoria pós-moderna, assim como uma virada em direção à construção discursiva do (efeito) subalterno.⁵

No entanto, a noção de “discurso” aqui citada foi muito mais influenciada pelas leituras que Spivak fez de Derrida do que de Foucault. Spivak (1985: 330) definiu o SSG como um projeto dedicado a confronto e mudança, mas esta era uma mudança em sistemas simbólicos que classificavam, por exemplo, o crime como insurgência. Estes eram “deslocamentos discursivos” que inventariaram pessoas ou eventos enquanto significantes políticos. Tendo isto em vista, afirmava-se que o SSG examinaria o “socius” como uma cadeia de sinais na qual a ação demarcaria a quebra desta corrente. Entretanto, nesta abordagem, todas as tentativas de deslocamento implicariam falhas devido à amplitude de organização colonial e à falta de êxito da burguesia indiana no sentido de politizar o campesinato. O foco a partir do quarto volume do *Subaltern Studies* (1985), conseqüentemente, foi deslocado para a análise da diferença do subalterno que emergiu no seio de discursos de elite

(PRAKASH, 1994). Chatterjee (1986), por exemplo, demonstrou como a agência de pessoas comuns foi apropriada pela elite nacionalista, deixando-as como fragmentos silenciados de uma nação em via de fortalecimento (CHATTERJEE, 1993). Este movimento historiográfico *de fato* produziu uma leitura inovadora das fontes referentes a vestígios e estereótipos subalternos, ainda que o resultado final visado fosse falho. O textualismo e o pessimismo político que resultaram desta abordagem foram recentemente contestados, mas isto se deu dentro de um quadro de compreensão segundo o qual os estudos subalternos seriam configurados enquanto uma forma de crítica pós-colonial.

Gyan Prakash (1990) situou os *subaltern studies* enquanto uma história pós-fundacional. Ele afirmou que eles haviam superado as representações da Índia como passiva e isolada – encontradas em textos orientalistas –, ou da Índia essencializada e autônoma – recorrentes em textos nacionalistas. Ele também criticou as noções essencialistas de estudos de área e antropológicos, assim como as explicações estruturais de historiadores sociais e marxistas – para o desgosto de O’Hanlon e Washbrook (1992). Opondo-se a estas tradições, e alinhado ao postulado de Said

no sentido de rejeitar, e não apenas reverter, as categorias coloniais, o levantamento feito pelo SSG das posições de sujeitos múltiplos e mutáveis foi considerado como totalmente pós-fundacional e pós-colonial (PRAKASH 1994).

O SSG esteve sobre constante ataque, oriundos tanto de dentro como de fora da Índia (CHATURVEDI 2000). Talvez uma das críticas mais provocativas tenha vindo de Sumit Sarkar (1996 [2000]), que havia sido membro da equipe editorial e contribuído com as séries de publicações. Sarkar lamentou o declínio no estudo de grupos desprivilegiados e decorrente aumento de estudos sobre relações de poder-saber do colonialismo, os quais frequentemente concebiam a comunidade religiosa como a consciência do não-Occidente. Sarkar criticou Chatterjee por remover a agência das massas e da intelligentsia, dentre as quais a última seria composta apenas por meros sujeitos de um discurso derivado do nacionalismo e do orientalismo europeus (para comentários acerca da visão pessimista de Chatterjee no tocante ao destino de mulheres no movimento nacionalista, ver LEGG 2003). Enquanto muitos críticos explicaram qualquer essencialismo no seio do SSG

como um marxismo residual, Sarkar reiterou a habilidade da análise sócio-econômica no sentido de fraturar noções essenciais de identidade. Contudo, os autores dos *Subaltern Studies* têm cada vez mais retornado à obra de Foucault, especialmente em seus escritos dedicados ao governo, no intuito de buscar novas formas de enquadrar e pesquisar a agência subalterna. Mais uma vez, este retorno para o material e para o biopolítico foi previsto por toda uma linha de pesquisa geográfica pós-colonial.

Espaços de biopoder

Para além das reivindicações teóricas por uma rematerialização, muitos geógrafos se especializaram em pesquisas empíricas que reforçaram o desenvolvimento pós-colonial e a elaboração das teorias de Foucault. Jonathan Crush (1994), por exemplo, combinou teorias do panoptismo com outras referentes aos regimes de trabalho capitalistas para analisar os compostos de minas da África do Sul. Neste caso, a arquitetura foi usada no intuito de ampliar a visibilidade ao longo de um espaço delimitado, embora formas culturais de resistência tenham proliferado em resposta a isso, através da produção do licor, do comportamento hiper-masculino ou do

contrabando de medicamentos proibidos, por exemplo. De maneira semelhante, James Duncan (2002) examinou as tentativas de produção de espaços e corpos abstratos nas plantações de café em Ceylon. No entanto, os trabalhadores estiveram comprometidos não apenas com a resistência através da insubordinação ou da fuga, mas também explorando as fraturas no espaço abstrato; minimizando a produção, simulando doenças, e construindo redes de contra-vigilância para indicar os momentos em que o olhar colonial estaria despreparado para vigiar trabalhadores. Jennifer Robinson (2000) também se concentrou no olhar corporificado, analisando o caso dos gestores de moradia da África do Sul na década de 1930. Afastando-se do vocabulário masculino de muitos relatos do panotismo, Robinson demonstrou que o olhar investigativo colonial apresentou a forma de uma investigação amistosa e feminina, forjando relações por cima das fronteiras raciais. Com efeito, em casos não-institucionais, a forma do poder parecia mais liberal, dominando a distância e através de poderes de liberdade.

Os escritos de Foucault acerca da governamentalidade mostraram-se profícuos para os geógrafos por uma série de razões. Primeiramente, eles apresentam um

programa analítico para a investigação de regimes modernos de governo (FOUCAULT 1978 [2001]). Isto pode ocorrer mediante as categorias individuais de episteme, identidade, visualidade, techné e ethos (DEAN 1999; ROSE 1996), ou com base em uma busca, através destas categorias, por evidências de uma mudança de regime (LEGG 2006b; WATTS 2003). Em segundo lugar, a literatura se refere a um modo de poder que ultrapassou os regimes de poder de soberania e disciplina – embora mantenha características destes –, chegando ao regime do governo regulatório. A regulação envolve a coleta de informações sobre pessoas e territórios, calculando e classificando este saber, e exercício do poder à distância no intuito de normatizar e estabilizar uma determinada população.

A primeira tarefa é o que cada vez mais chamou a atenção de Said, cujas geografias foram investigadas por Matthew Hannah. Na década de 1870, o governo dos Estados Unidos buscou aumentar seu saber acerca da população de nativos americanos Sioux, mediante um ciclo social de controle relacionado a observação, julgamento e capacidade de efetivar o poder estatal (HANNAH 1993). As tentativas de estabelecer os Sioux em apenas um lugar apenas ampliaram a consciência

governamental acerca do quão pequeno era o escopo de informações que possuíam sobre este povo e do quão problemático seria efetuar um censo. O censo foi um dos principais meios de estabelecer enquadramentos de saber-poder em territórios sobre os quais se possuía um conhecimento ainda nebuloso. O estudo de Hannah (2000) acerca da extensão dos inventários de população efetuados nos Estados Unidos ilustra como as nações colonizadoras europeias compartilharam técnicas de maneira muito próxima com Estados pós-coloniais internamente colonizadores.

No caso da Columbia Britânica, Daniel Clayton (2000) examinou os processos de interação cultural, modos de representação e relações de poder locais durante os embates com nativos ocorridos no Oeste, entre as décadas de 1770 e 1840. Clayton examina justamente em que medida as ideias eurocêntricas de Foucault podem ser vinculadas a áreas periféricas, mediante um rastreamento genealógico de relações através de três fases de embate, estruturadas com base em relações de ciência, lucro e geopolítica imperial. Seguindo o trabalho de Clayton, Cole Harris (2004) demonstrou como os nativos foram alocados em espaços de reserva, o que consequentemente

permitiu a reorganização e o desenvolvimento externos a essas áreas. Embora a desapropriação tenha sido baseada na violência física do estado tal como encorajada por interesses capitalistas, a legitimação do regime foi cultural, ao passo que o real gerenciamento dos nativos desalojados foi disciplinar, combinando todo o espectro das táticas governamentais. Bruce Braun (2000) também utilizou o contexto canadense para estender os vínculos entre as ciências físicas e a governamentalidade do Estado vitoriano.

Embora por vezes fisicamente violento ou autoritariamente disciplinar, os Estados coloniais e pós-coloniais também buscaram governar, o que foi o desdobramento final de muitos dos processos apontados acima. Robinson (1997) demonstrou que o apartheid na África do Sul perdurou por tanto tempo porque manipulou as populações através de "localizações" que segregaram diferentes sub-grupos que poderiam ser governados através de seus representantes. Estas manipulações biopolíticas visaram normatizar populações com base em seus comportamentos, enquanto as mantinham em lugares visíveis e controláveis. Todavia, os pressupostos identitários de regimes biopolíticos em contextos coloniais

frequentemente não se encaixavam com as pressupostos de Foucault acerca do liberalismo moderno ou com os extremos genocidas do Estado nazista ou stalinista. Ao invés disso, como sugeriu Gregory (1998: 85-86), os povos colonizados foram muitas vezes tratados como objetos, e não sujeitos, de domínio em sistemas menos individualizantes que aqueles da Europa (ver também CHATTERJEE, 1995:8 e VAUGHAN 1991), o que culminou em cálculos que frequentemente priorizaram o custo e a ameaça política em detrimento do bem-estar, embora tais cálculos tenham sido um material perfeito para críticas não só da violência colonial ou intromissão, mas de sua má administração ativa (LEGG 2006a, 2007).

Tal como argumentou Stoler, políticas sexuais foram centrais para o Estado colonial e demarcaram o ponto central do "biopoder", articulando disciplina e governo. Explorando estas intersecções, Mike Kesby (1999) utilizou os escritos de Foucault sobre sexualidade para explorar demarcações corpóreas do espaço patriarcal no Zimbábue rural, de forma a compreender aquelas que influenciaram as autoridades coloniais no sentido de saber com quem e de que maneira deveriam negociar. Philip Howell (2004a) também afirmou que

Foucault pode ser usado nas colônias de acordo com seu trabalho sobre o biopoder, a normatização e a ordenação do espaço. Todos estes elementos apresentam-se juntos em sua investigação sobre a regulação da prostituição na Hong Kong colonial. Neste caso, ele esclarece que os modelos europeus baseados em sujeitos que disciplinam a si mesmos não foram aplicáveis e deram lugar à objetificação racial e à segregação geográfica de um Estado relutantemente expansivo (ver também HOWELL 2004b). Os temas da disciplina, biopolíticas e governo proveram informações a todo um âmbito de trabalho de autores associados ao SGG e outros dedicados ao estudo da Ásia Sul.

Negociações subalternas de espaços governamentais

David Arnold consolidou seu trabalho sobre a biopolítica colonial através da publicação de *Colonizing the Body* (ARNOLD 1993), o qual explorou a expansão das práticas médicas europeias, sua recepção ponderada por parte das populações indígenas e a forma pela qual foram imbuídas de sentido, representando mais do que simples práticas de saúde. David Scott (1995) investigou a "governamentalidade colonial" enquanto

teoria e prática em Ceylon / Sri Lanka. Scott enfatizou a necessidade de se examinarem os alvos do domínio, como eles foram concebidos e os meios utilizados para conduzi-los através do espaço, enquanto simultaneamente considerou os efeitos das distinções de raça e religião sobre estas desenvolvidas tecnologias europeias de controle.

A mais minuciosa aplicação da abordagem da governamentalidade colonial foi fornecida por Gyan Prakash (1999). Prakash analisou estruturas científicas e regulações enquanto estratégias "civilizatórias" que tinham a população como alvo, ainda que tenham aberto, durante o processo, uma esfera de atividade política na qual nacionalistas puderam desafiar o governo. Estes processos foram localizados através de uma variedade de escalas geográficas, indo das instituições do museu e da *Asiatic Society* ao corpo, trabalhos cívicos e a imaginação da própria nação. Satish Deshpande (2000) também adaptou o trabalho de Foucault à nação indiana, analisando as aspirações do comunismo Hindu como uma heterotopia que tenta mediar o utópico e o real.

O escopo de práticas no interior da estrutura da governamentalidade aumenta proporcionalmente o escopo transversal

pelo qual se pode procurar resistência. Isto pode operar a partir de um nível de processos sociais ou econômicos, indo até o nível de tecnologias locais e corpos. Spivak (2000) uniu o internacional e o corporal ao sugerir que o "novo subalterno" é posicionado por organizações como o Banco Mundial ou corporações multinacionais enquanto propriedade intelectual, seja em termos de saber agri ou herbicultural. Dipesh Chakrabarty e Partha Chatterjee, todavia, observaram, ao invés disso, a forma através da qual categorias governamentais são vividas e negociadas por populações subalternas.

Chakrabarty (2002), em seu livro *Habitations of Modernity: Essays in the Wake of Subaltern Studies*, investigou as raízes governamentais da etnicidade moderna. Identificando de que forma as noções de raça explicadas por Foucault e Stoler tendem a ser vistas como externas na Índia, Chakrabarty identifica os vínculos entre as visões internas de comunidade e casta e os processos de etnicidade e governo. O trabalho sobre governamentalidade é utilizado para examinar a estruturação da imaginação política da Índia colonial e a fundação de categorias cujo tempo de vida atravessou o

da administração, e que continham as sementes da violência.

Chatterjee (2004) produziu um sofisticado relato da negociação efetuada pelos próprios governados no que se refere às políticas populacionais. Em seu trabalho, a política é localizada não apenas como o resultado de ideais universais de nacionalismo cívico, mas também enquanto a absorção cultural de categorias mobilizadas por racionalidades governamentais. Contrariando seu pessimismo inicial, Chatterjee mantém esperança contra tecnologias governamentais sendo meramente instrumentos de domínio de classe em uma ordem capitalista global. Ele afirma que “ao buscarem encontrar espaços éticos reais para sua operação em tempo heterogêneo, as resistências incipientes a esta ordem podem ter êxito em inventar novos termos de justiça política” (CHATTERJEE 2004: 23). O argumento é que, hoje, a maior parte das pessoas na Índia possui direitos frágeis e não é parte da elite da sociedade civil. Isso ocorre apesar de ainda permanecerem dentro do alcance do governo, através de políticas que visam a “sociedade política” do subalterno. Chatterjee sugeriu que estas táticas emergiram ao longo da década de 1980, apesar de insinuar suas origens

coloniais em um trabalho anterior (CHATTERJEE 2001, 175). No interior deste espaço, os grupos populacionais podem reivindicar os direitos de uma comunidade e uma voz que ascende a partir da *violação* das leis de propriedade e das regulações cívicas que são tão centrais para a ordem governamental. Mediadores são empregados no intuito de barganhar com o estado por concessões que *são* oferecidas devido aos direitos da sub-população, não enquanto cidadãos, mas através de sua existência enquanto seres vivos.

Embora Chatterjee não utilize estes termos, eu sugeriria que o subalterno que ele tem como foco é um que transita prematuramente entre as posições de *zoe* (o simples fato de existir) e de *bios* (comportamento normatizado e direitos individuais). Giorgio Agamben (1998) abordou os trabalhos de Foucault para traçar a genealogia do *homo sacer*, o sujeito tão desprovido de direitos que ele (*sic*, na linguagem generificada utilizada por Agamben) pode ser sacrificado sem penalidade; ele/ela é uma vida despida. Agamben identifica os estados de exceção nos quais o *homo sacer* foi produzido, desde a Roma Antiga até Auschwitz, e que Derek Gregory (2004a) estende à Palestina, ao Iraque e ao Afeganistão. Entretanto, ao

continuar a afirmar sua compreensão do campo enquanto *nomos* da modernidade, Agamben de fato se enquadraria no pessimismo e no determinismo pelo qual Foucault foi criticado? Que outras reações poderia haver para o estado de exceção? E se os sujeitos nele tão expostos fossem reincorporados e sua exposição demandasse a restituição de direitos em um estado de recepção? Chatterjee vê esperança nas políticas de objetificação. A Emergência Indiana dos anos 1970 representou um excepcional despir biopolítico do pobre urbano, negando a ele, através da esterilização, o direito de reprodução biológica. Contudo, as demolições e mortes no Portal Turkman de Delhi, tal como nos lembra Chatterjee (2004: 135), culminaram em um clamor de âmbito nacional, assim como proteção judicial para os pobres, e contribuíram para a queda do governo de Indira Gandhi.

Em uma colaboração transdisciplinar, Corbridge, Williams, Srivastava e Véron (2005) trouxeram detalhes acerca da política que Chatterjee descreve, ao mesmo tempo em que sustentaram a esperança deste contra a objetificação por meio de um estudo empírico. Eles fazem isto conforme explicam detalhadamente como os

subalternos rurais veem – e negociam – o Estado. Com base na assertiva de Foucault segundo a qual as técnicas governamentais *fazem* o Estado tanto quanto são por ele utilizadas, Corbridge et al. demonstram de que forma as populações marginais encontram o Estado, seja personificado em administradores ou através de iniciativas dos conjuntos de medidas da “sociedade política”. As políticas de desenvolvimento dos anos 1990 passaram a ressaltar, cada vez mais, a “participação” como um meio de conduzir a conduta e facilitar a auto-ajuda que levou o Estado a ingressar em novas formas de contato pessoal com sua população. Neste quadro, ele deveria negociar redes de poder local, mal-entendidos, valores de autoridade, corrupção e a resistência mobilizada a partir de mediadores locais. Os estudos de caso mostram que a maior parte das pessoas de fato experimenta um Estado limitado e volúvel, e exige garantias e informações mais abrangentes antes de se comprometer com as políticas por ele sugeridas. Esta abordagem corretamente pressupõe a resistência e a agência como centrais para as racionalidades governamentais, que precisam forjar espaços de conexão entre a centralidade estatal e as populações marginais, ao mesmo tempo em que se

mantêm sensíveis à cultura e à política do local. É no interior de tal quadro de negociações governamentais do econômico, do biopolítico e do social que as pesquisas vigentes estão aplicando a teoria foucaultiana aos historicamente condicionados – embora urgentemente contemporâneos – momentos do pós-colonial.

Conclusões

As tendências vigentes na pesquisa pós-colonial, tanto internas quanto externas à disciplina geográfica, estão levando a cabo o exame minucioso e em diferentes escalas de locais materiais que abrem espaços para considerar as atividades dos subjetivados e dos subalternos. No nível não-representacional do vivido, é possível rastrear discursos tal como Foucault os descreveu; ou seja, enquanto a produção material e corpórea do saber e da prática. Tal como Said sugeriu em seu trabalho posterior, e em seu ativismo político ao longo de sua vida, isto exige o exame do trabalho pós-colonial sobre o terreno, assim como em geografias imaginárias. Embora sua virada em direção à resistência permaneça restrita ao nível representacional, a literatura dos *Subaltern*

Studies lutou no sentido de localizar esta resistência no território físico, ao mesmo tempo em que, simultaneamente, observou a produção discursiva dos oprimidos. A série de palestras "*Em defesa da sociedade*" de Foucault (1975-76 [2003]) foi concluída com uma discussão sobre a biopolítica após se ater à categoria de raça, mas de fato começou com palestras sobre saberes subjugados e o poder de memória. Tal como urgiu no fim de sua vida, sem dúvida em reação às acusações de pessimismo político, a resistência e a configuração local deveriam ser reconhecidas em todas as relações de poder. É neste nível de realização e mobilização que a pesquisa geográfica sobre o pós-colonial mostrou-se superior. Se, como sugere Chakrabarty, a Europa permanece o assunto soberano de boa parte da história pós-colonial, o regicídio historiográfico deve ser levado em frente mediante uma combinação das táticas descritas acima: uma prática acadêmica cosmopolita e sensível; uma geografia em sintonia com relações de poder, tanto materiais como textuais; a pesquisa de modos de poder compatíveis, embora diferentes, em escalas variadas; e, finalmente, uma consciência da agência e da resistência dos indivíduos que podem ser o alvo do governo, em regimes capitalistas,

nacionalistas ou comunais, mas que nunca

são totalmente por eles constituídos.

Notas

* Texto originalmente publicado como capítulo no livro CRAMPTON, J. W. e ELDEN, S. (2007) *Space, Knowledge and Power*. Foucault and Geography. Great Britain. Ashgate. Tradução de Daniel Dutra.

** Associate Professor, University of Nottingham, School of Geography.

¹ Utilizo o termo “pós-colonial” para me referir à interação entre populações colonizadas e colonizadoras a partir de um primeiro contato, embora isto não precise ter sido necessariamente face a face, como ocorrido no contato mediado em redes comerciais. O termo engloba, portanto, as experiências de ambos os grupos, durante e após o período de domínio formal, caso tenha havido um. Ver Gandhi (1998, 3-4) para uma discussão acerca do termo.

² A tradução ainda em curso dos cursos de conferências de Foucault promete adicionar muito, contudo, à leitura pós-colonial de sua obra. Ver referências em *Psychiatric Power* (FOUCAULT [1973-74] 2006, capítulo quatro) e, especialmente, *Security, Territory, Population* (FOUCAULT no prelo-b).

³ Contra isto, não pude encontrar referência alguma a Said nos trabalhos de Foucault, a despeito de uma breve correspondência subsequente à publicação de *Orientalismo* (SALUSINSZKY 1987: 136) e um encontro em 1979 no apartamento de Foucault, onde Said pôde notar seu *Beginnings* (1975) na estante (SAID 2000a).

⁴ Esta mudança também pode ser atribuída a diversos fatores pessoais. Muitos dos membros do SSG, por exemplo, adquiriram compromissos familiares e institucionais que impediam longas viagens de pesquisa em arquivos e favoreciam a análise textual, ao passo que a abordagem anterior já havia ocupado alguns contribuidores por uma década (Dipesh Chakrabarty, comunicação pessoal).

Referências Bibliográficas

Agamben, G. (1998) *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*. Stanford, California: Stanford University Press.

Arnold, D. (1984) 'Bureaucratic Recruitment and Subordination in Colonial India: The Madras Constabulary, 1859-1947.' In R. Guha (Ed.) *Subaltern Studies IV*. Delhi: Oxford University Press. 1-53.

Arnold, D. (1987) 'Touching the Body: Perspective on the Indian Plague.' In R. Guha (Ed.) *Subaltern Studies V*. Delhi: Oxford University Press. 55-90.

Arnold, D. (1993) *Colonizing the Body: State Medicine and Epidemic Disease in Nineteenth-century India*. Berkeley: University of California Press.

Arnold, D. (1994) 'The Colonial Prison: Power, Knowledge and Penology in Nineteenth-century India.' In D. Arnold and D. Hardinman (Eds) *Subaltern Studies VIII*. Delhi: Oxford University Press. 148-87.

Ashcroft, B. and P. Ahluwalia (1999) *Edward Said: The Paradox of Identity*. London; New York: Routledge.

Ashcroft, B., G. Griffiths and H. Tiffin (1989) *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-colonial Literatures*. London: Routledge.

Barnett, C. (1997) '“Sing Along with the Common People”: Politics, Postcolonialism, and Other Figures.' *Environment and Planning D-Society & Space*, 15(2), 137-54.

Behdad, A. (1994) *Belated Travellers: Orientalism in the Age of Colonial Dissolution*. Cork: Cork University Press.

Bhabha, H. (1992 [2000]) 'Postcolonial Criticism.' In D. Brydon (Ed.) *Postcolonialism: Critical Concepts in Literary and Cultural Studies*. London: Routledge. 105-33.

Blunt, A. (1994) 'Mapping Authorship and Authority: Reading Mark Kingsley's Landscape Descriptions.' In A. Blunt and G. Rose (Eds) *Writing Women and Space: Colonial and Postcolonial Geographies*. New York: Guilford Press. 51-72.

Bové, P.A. (1986 [2001]) 'Intellectuals at War: Michel Foucault and the Analytics of Power.' In P. Williams (Ed.) *Edward Said, Volume 1*. London; Thousand Oaks, California; New Delhi: SAGE. 41-62.

Braun, B. (2000) 'Producing Vertical Territory: Geology and Governmentality in Late Victorian Canada.' *Ecumene*, 7(1), 7-46.

Brennan, T. (2000) 'The Illusion of Travelling Theory: Orientalism as Travelling Theory.' *Critical Inquiry*, 26, 558-83.

Chakrabarty, D. (2000) *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton, NJ; Oxford: Princeton University Press.

Chakrabarty, D. (2002) *Habitations of Modernity: Essays in the Wake of Subaltern Studies*. Chicago; London: University of Chicago Press.

Chatterjee, P. (1983) 'More on Modes of Power and the Peasantry.' In R. Guha (Ed.) *Subaltern Studies II*. Delhi: Oxford University Press. 311-49.

Chatterjee, P. (1984) 'Gandhi and the Critique of Civil Society.' In R. Guha (Ed.) *Subaltern Studies III*. Delhi: Oxford University Press. 153-95.

Chatterjee, P. (1986) *Nationalist Thought and the Colonial World: A Derivative Discourse?* London: Zed for the United Nations University.

Chatterjee, P. (1992) 'Their Own Words? An Essay for Edward Said.' In M. Sprinker (Ed.) *Edward Said: A Critical Reader*. Oxford: Blackwell. 194-220.

Chatterjee, P. (1993) *The Nation and its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Chatterjee, P. (1995) 'The Disciplines in Colonial Bengal.' In P. Chatterjee (Ed.) *Texts of Power: Emerging Disciplines in Colonial Bengal*. Minneapolis; London: University of Minnesota Press. 1-29.

Chatterjee, P. (2001) 'On Civil and Political Society in Postcolonial Democracies.' In S. Kaviraj and S. Khilnani (Eds) *Civil Society: History and Possibilities*. Cambridge: Cambridge University Press.

Chatterjee, P. (2004) *The Politics of the Governed: Reflections on Popular Politics in Most of the World*. New York: Columbia University Press.

- Chaturvedi, V. (2000) *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*. London; New York: Verso.
- Clayton, D. (2000) *Islands of Truth: The Imperial Fashioning of Vancouver Island*. Vancouver: University of British Columbia Press.
- Clayton, D. (2001/02) 'Absence, Memory, and Geography.' *BC Studies*, 132, 65–79.
- Clayton, D. (2004) 'Imperial Geographies.' In J. Duncan, N. Johnson and R. Schein (Eds) *Companion to Cultural Geography*. Oxford: Blackwell. 449–68.
- Corbridge, S., G. Williams, M. Srivastava and R. Véron (2005) *Seeing the State: Governance and Governmentality in Rural India*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Crush, J. (1994) 'Scripting the Compound – Power and Space in the South-African Mining-Industry.' *Environment and Planning D-Society & Space*, 12(3), 301–24.
- Dean, M. (1986 [1994]) 'Foucault's Obsession with Western Modernity.' In B. Smart (Ed.) *Michel Foucault: Critical Assessments*. London; New York: Routledge. 285–99.
- Dean, M. (1999) *Governmentality: Power and Rule in Modern Society*. London: SAGE.
- Dean, M. and B. Hindess (1998) *Governing Australia: Studies in Contemporary Rationalities of Government*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Deshpande, S. (2000) 'Hegemonic Spatial Strategies: The National-space and Hindu Communalism in Twentieth-century India.' In P. Chatterjee and P. Jeganathan (Eds) *Subaltern Studies XI*. London: Hurst. 167–211.
- Driver, F. (1992) 'Geography's Empire – Histories of Geographical Knowledge.' *Environment and Planning D-Society & Space*, 10(1), 23–40.
- Driver, F. (1999) *Geography Militant: Cultures of Exploration in the Age of Empire*. Oxford: Blackwell
- Driver, F. and D. Gilbert (1998) 'Heart of Empire? Landscape, Space and Performance in Imperial London.' *Environment and Planning D-Society & Space*, 16(1), 11–28.
- Duncan, J.S. (2002) 'Embodying Colonialism? Domination and Resistance in Nineteenth-century Ceylonese Coffee Plantations.' *Journal of Historical Geography*, 28(3), 317–38.
- Foucault, M. (1961) *Folie et déraison: histoire de la folie à l'âge classique*. Paris: Plon.
- Foucault, M. (1967) *Madness and Civilization: A History of Insanity in the Age of Reason*. London; Sydney: Tavistock.
- Foucault, M. (1970) *The Order of Things: An Archaeology of the Human Sciences*. London: Tavistock.
- Foucault, M. (1972) *The Archaeology of Knowledge*. London: Tavistock.
- Foucault, M. (1973-74 [2006]) *Psychiatric Power: Lectures at the Collège de France, 1973–1974*. London: Palgrave Macmillan.
- Foucault, M. (1975-76 [2003]) *Society Must be Defended: Lectures at the Collège de France 1975–1976*. London: Penguin.
- Foucault, M. (1977) *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. Harmondsworth: Penguin.
- Foucault, M. (1978 [2001]) 'Governmentality.' In J. D. Faubion (Ed.) *Essential Works of Foucault, 1954–1984: Power*. Vol. 3. London: Penguin. 201–22.
- Foucault, M. (1978 [Forthcoming]) *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France 1978*. Basingstoke; New York: Palgrave Macmillan.
- Foucault, M. (1979) *The History of Sexuality Volume 1: An Introduction*. London: Allen Lane.
- Foucault, M. (1980) *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972–1977*. Brighton: Harvester Press.
- Foucault, M. (1986a) *The History of Sexuality Volume 2: The Use of Pleasure*. London: Viking.
- Foucault, M. (1986b) *The History of Sexuality Volume 3: Care of the Self*. London: Allen Lane.
- Foucault, M. (2005) *History of Madness*. London: Routledge.
- Gandhi, L. (1998) *Postcolonial Theory: A Critical Introduction*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Gregory, D. (1995) 'Imaginative Geographies.' *Progress in Human Geography*, 19(4), 447–85.
- Gregory, D. (1998) 'Power, Knowledge and Geography – The Hettner Lecture in Human Geography.' *Geographische Zeitschrift*, 86(2), 70–93.
- Gregory, D. (2004a) *The Colonial Present*. Oxford: Blackwell.
- Gregory, D. (2004b) 'The Lightning of Possible Storms.' *Antipode*, 36(5), 798–808.
- Guha, R. (1982) 'On Some Aspects of the Historiography of Colonial India.' In R. Guha (Ed.) *Subaltern Studies I*. Delhi: Oxford University Press. 1–8.
- Hannah, M. (1993) 'Space and Social-Control in the Administration of the Oglala Lakota (Sioux), 1871–1879.' *Journal of Historical Geography*, 19(4), 412–32.
- Hannah, M. (2000) *Governmentality and the Mastery of Territory in Nineteenth century America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Harris, C. (2004) 'How did Colonialism Dispossess? Comments from an Edge of Empire.' *Annals of the Association of American Geographers*, 94(1), 165–82.
- Henry, M.G. (2002) *The Disciplining Spectacle: Power, Performance, and Place in Twentieth-century Auckland*. Unpublished Doctoral Thesis, Department of Geography, University of Auckland.
- Howell, P. (2004a) 'Race, Space and the Regulation of Prostitution in Colonial Hong Kong: Colonial Discipline/Imperial Governmentality.' *Urban History*, 31(3), 229–48.
- Howell, P. (2004b) 'Sexuality, Sovereignty and Space: Law, Government and the Geography of Prostitution in Colonial Gibraltar.' *Social History*, 29(4), 444–64.
- Jackson, P.A. (2003) 'Mapping Poststructuralism's Borders: The Case for Poststructuralist Area Studies.' *SOJOURN*, April.
- Jacobs, J. (1996) *Edge of Empire: Postcolonialism and the City*. London; New York: Routledge.
- Jacobs, J.M. (2001) 'Symposium: Touching Pasts.' *Antipode*, 33(4), 730–34.
- Kesby, M. (1999) 'Locating and Dislocating Gender in Rural Zimbabwe: The Making of Space and the Texturing of Bodies.' *Gender, Place and Culture*, 6(1), 27–47.
- Legg, S. (2003) 'Gendered Politics and Nationalised Homes: Women and the Anticolonial Struggle in Delhi, 1930–47.' *Gender, Place and Culture*, 10(1), 7–27.

- Legg, S. (2006a) 'Governmentality, Congestion and Calculation in Colonial Delhi.' *Social and Cultural Geography*, 7(5), 709–29.
- Legg, S. (2006b) 'Postcolonial Developmentalities: From the Delhi Improvement Trust to the Delhi Development Authority.' In S. Corbridge, S. Kumar and S. Raju (Eds) *Colonial and Postcolonial Geographies of India*. London: SAGE. 182–204.
- Lester, A. (1998) *Colonial Discourse and the Colonisation of Queen Adelaide Province, South Africa*. Twickenham: Historical Geography Research Group.
- Lester, A. (2001) *Imperial Networks: Creating Identities in Nineteenth Century South Africa and Britain*. London: Routledge.
- Lester, A. (2002) "'Constructing Colonial Discourse": Britain, South Africans and Empire in the 19th Century.' In A. Blunt and C. McEwan (Eds) *Postcolonial Geographies*. London; New York: Continuum. 29–45.
- Lowe, L. (1991) *Critical Terrains: French and British Orientalisms*. Ithaca, London: Cornell University Press.
- Mbembe, A. (2001) *On the Postcolony*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- Mbembe, A. (2003) 'Necropolitics.' *Public Culture*, 15(1), 11–40.
- McEwan, C. (2003) 'Material Geographies and Postcolonialism.' *Singapore Journal of Tropical Geography*, 24(3), 340–55.
- Mitchell, T. (2000) 'The Stage of Modernity.' In T. Mitchell (Ed.) *Questions of Modernity*. Minneapolis; London: University of Minnesota Press. 1–34.
- O'Hanlon, R. (1988) 'Recovering the Subject: Subaltern Studies and Histories of Resistance in Colonial South Asia.' *Modern Asian Studies*, 22, 189–224.
- O'Hanlon, R. and D. Washbrook (1992) 'After Orientalism – Culture, Criticism, and Politics in the Third-World.' *Comparative Studies in Society and History*, 34(1), 141–67.
- Ottles, J. (2003) 'Disciplining Society Through the City: The Genesis of City Planning in Brazil and Argentina.' *Bulletin of Latin American Research*, 22(2), 137–64.
- Prakash, G. (1990) 'Writing Postorientalist Histories of the Third-World Perspectives from Indian Historiography.' *Comparative Studies in Society and History*, 32(2), 383–408.
- Prakash, G. (1994) 'Subaltern Studies as Postcolonial Criticism.' *The American Historical Review*, 99(5), 1475–90.
- Prakash, G. (1999) *Another Reason: Science and the Imagination of Modern India*. Princeton, NJ; Chichester: Princeton University Press.
- Robinson, J. (1997) 'The Geopolitics of South African Cities – States, Citizens, Territory' *Political Geography*, 16(5), 365–86.
- Robinson, J. (2000) 'Power as Friendship: Spatiality, Femininity and "Noisy Surveillance".' In R. Paddison, C. Philo, P. Routledge and J.P. Sharp (Eds) *Entanglements of Power: Geographies of Domination & Resistance*. London: Routledge. 67–92.
- Robinson, J. (2003) 'Postcolonialising Geography: Tactics and Pitfalls.' *Singapore Journal of Tropical Geography*, 24(3), 273–82.
- Rose, N. (1996) 'Governing "Advanced" Liberal Democracies.' In A. Berry, T. Osborne and N. Rose (Eds) *Foucault and Political Reason: Liberalism, Neo-Liberalism and Rationalities of Government*. London: University College London Press. 37–64.
- Said, E. (1972) 'Michel Foucault as an Intellectual Imagination.' *boundary 2*, 1(1), 1–36.
- Said, E. (1975) *Beginnings: Intention and Method*. New York: Basic Books.
- Said, E. (1978) *Orientalism*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Said, E. (1984a) 'Michel Foucault, 1927–1984.' *Raritan*, 4(2), 1–11.
- Said, E. (1984b) *World, the Text, the Critic*. London: Faber.
- Said, E. (1986) 'Foucault and the Imagination of Power.' In D.C. Hoy (Ed.) *Foucault: A Critical Reader*. Oxford: Blackwell.
- Said, E. (1988) 'Foreword.' In R. Guha and G.C. Spivak (Eds) *Selected Subaltern Studies*. New York; Oxford: Oxford University Press.
- Said, E. (1993) *Culture and Imperialism*. London: Chatto & Windus.
- Said, E. (2000a) 'Diary.' *London Review of Books*, 22(11), 42–3.
- Said, E. (2000b) 'Invention, Memory, and Place (Geography, Palestine).' *Critical Inquiry*, 26(2), 175–92.
- Said, E. (2002) 'In Conversation with Neeladri Bhattacharya, Suvir Kaul, and Ania Loomba.' In D.T. Goldberg and A. Quayson (Eds) *Relocating Postcolonialism*. Oxford: Blackwell. 1–14.
- Said, E., A. Beezer and P. Osborne (1993 [2004]) 'Orientalism and After.' In G. Viswanathan (Ed.) *Power, Politics and Culture: Interviews with Edward W. Said*. London: Bloomsbury. 208–32.
- Said, E., J.A. Buttigieg and P.A. Bové (1993 [2004]) 'Culture and Imperialism.' In G. Viswanathan (Ed.) *Power, Politics and Culture: Interviews with Edward W. Said*. London: Bloomsbury. 183–207.
- Said, E., B. Robbins, M.L. Pratt, J. Arac and R. Radhakrishnan (1994) 'Edward Said's Cultural and Imperialism: A Symposium.' *Social Text*, 401–37.
- Salusinszky, I. (1987) *Criticism in Society*. New York; London: Methuen.
- Sarkar, S. (1996 [2000]) 'Decline of the Subaltern.' In V. Chaturvedi (Ed.) *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*. London; New York: Verso. 300–23.
- Schaub, U.L. (1989) 'Foucault's Oriental Subtext.' *Publications of the Modern Languages Association of America*, 104(3), 306–16.
- Scott, D. (1995) 'Colonial Governmentality.' *Social Text*, 43, 191–220.
- Sidaway, J.D. (2000) 'Postcolonial Geographies: An Exploratory Essay.' *Progress in Human Geography*, 24(4), 591–612.
- Sidaway, J.D., T. Bunnell and B.S.A. Yeoh (2003) 'Geography and Postcolonialism.' *Singapore Journal of Tropical Geography*, 24(3), 269–72.
- Slemon, S. (1989) *After Europe: Critical Theory and Postcolonial Writing*. Sydney; Coventry: Dangaroo Press.
- Smith, N. (1994) 'Geography, Empire and Social-Theory.' *Progress in Human Geography*, 18(4), 491–500.
- Spivak, G.C. (1985) 'Subaltern Studies: Deconstructing Historiography.' In R. Guha (Ed.) *Subaltern Studies IV*. Delhi: Oxford University Press. 330–63.
- Spivak, G.C. (1988 [2000]) 'Can the Subaltern Speak?' In D. Brydon (Ed.) *Postcolonialism: Critical Concepts in Literary and Cultural Studies*. London: Routledge. 1427–77.
- Spivak, G.C. (2000) 'The New Subaltern: A Silent Interview.' In V. Chaturvedi (Ed.) *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*. London; New York: Verso. 324–40.

Spurr, D. (1993) *The Rhetoric of Empire: Colonial Discourse in Journalism, Travel Writing, and Imperial Administration*. Durham, NC: Duke University Press.

Stoler, A.L. (1995) *Race and the Education of Desire: Foucault's History of Sexuality and the Colonial Order of Things*. Durham, NC; London: Duke University Press.

Stoler, A.L. (2002) *Carnal Knowledge and Imperial Power: Race and the Intimate in Colonial Rule*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press.

Suleri, S. (1992) *The Rhetoric of British India*. Chicago: University of Chicago Press.

Terdiman, R. (1985) *Discourse/Counter-Discourse: The Theory and Practice of Symbolic Resistance in Nineteenth-century France*. Ithaca; London: Cornell University Press.

Trigo, B., Ed. (2002) *Foucault and Latin America: Appropriations and Deployments of Discourse Analysis*. New York; London: Routledge.

Vaughan, M. (1991) *Curing their Ills: Colonial Power and African Illness*. Cambridge: Polity Press.

Watts, M. (2003) 'Development and Governmentality.' *Singapore Journal of Tropical Geography*, 24(1), 6–34.

Young, R.C. (2001) *Postcolonialism: An Historical Introduction*. Oxford: Blackwell.